

Alberto Silva pede verba e prevê 5 anos

Será por coerência de atitudes que a Assembleia Nacional Constituinte irá confirmar os cinco anos de mandato do presidente José Sarney.

Está a opinião do governador Alberto Silva, do Piauí, que ontem deixou Brasília, retornando ao seu Estado, depois de tratar junto aos escalões superiores da capital da República de problemas ligados à área econômica e questões vinculadas ao Ministério dos Transportes.

— Não acredito em surpresas. A decisão será igualmente histórica e acolhida por votação expressiva, ratificando compromissos a um só tempo institucional e moral, seguindo a melhor tradição brasileira quanto ao regime e quanto à duração de fato do mandato do presidente da República, garantida pela atual Constituição.

— Além do mais — acentua ainda o chefe do Executivo do

Piauí — o período de transição democrática necessita do respaldo de uma calmária no processo político, para amadurecer medidas que o consolidem e façam duradouros os requisitos da definitiva implantação do regime democrático entre nós.

Quero crer, por isso mesmo — conclui o dirigente piauiense — que a Assembleia Nacional Constituinte não fugirá dos deveres e responsabilidades, mantendo-se coerente com o voto que manteve o presidencialismo, dando ao presidente José Sarney aquilo que constitucionalmente já lhe pertence, em termos da duração de cinco anos para o seu mandato. São posições afins que transcendem de questões menores para se situarem num contexto onde os referenciais são de princípios, além e acima de interesses subalternos.

Governador busca apoio

Teresina — Sem recursos para pagar o funcionalismo e com várias obras semiparalisadas por falta de verbas da União, o governador Alberto Silva está articulando a formação de um bloco suprapartidário de apoio ao seu governo na área Federal.

Como já tem o apoio declarado do PDS, desde as eleições de 1986, o governador iniciou as

conversações com a cúpula do PFL para viabilizar o acordo contestado com veemência pelo prefeito de Teresina, Wall Ferraz (PMDB), uma das lideranças do partido.

O presidente da executiva regional do PFL, Freitas Neto condicionou o apoio "a uma revisão de prioridades do governo".

Constituintes devem manter papel do TST

SEBASTIÃO MACHADO FILHO (*)

Urgente se torna que, em segundo turno, a Assembleia Nacional Constituinte repare a omissão substancial na defesa da função essencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quando, na redação do § 3º do Art. 122 da nova Constituição da República, a ela não faz referência. Trata-se de uma lacuna das mais censuráveis cujo não preenchimento trará certamente consequências funestas para o Direito do Trabalho. A reparação com a reabilitação daquela função inafastável do TST, porque o justifica, constitui um imperativo da ciência e consciência jurídicas, condicionante da própria existência imprescindível de todo e qualquer Tribunal Superior.

Dentre as múltiplas funções do Tribunal Superior do Trabalho, uma das mais relevantes, senão a de maior importância, é a de uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho. Justamente aquela que o legislador constituinte não poderia deixar de mantê-la na nova Carta Magna, de teor democrático e que resguarda o estado de direito. Isto não obstante ser a matéria de natureza processual de regulamentação mais própria da lei ordinária, como preconizam os especialistas.

Mas, já que o legislador constituinte a inseriu no texto constitucional, não poderia deixar de fora esta primordial função uniformizadora de decisões conflitantes.

Não há razão alguma, de fato ou de direito, que justifique a sua omissão, que em nada contribui para a agilitação das demandas em atenção ao princípio de celeridade processual.

E que, consoante o direito processual do trabalho, a função uniformizadora da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho é exercida pelo Tribunal Superior do Trabalho via recurso de revista das decisões daqueles Tribunais, quando forem estas a dispositivo legal, material ou procedimental, interpretações diversas da que lhe houver dado o mesmo ou outro Tribunal Regional (através do Pleno ou de Turmas) ou o Tribunal Superior do Trabalho, na sua composição plena, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula de jurisprudência uniforme deste, como tem ocorrido até agora, na forma do Art. 896, letra "a", da CLT.

E este recurso, em regra geral, não suspende o andamento do feito, isto é, não impede o prosseguimento do processo de execução, através de carta de sentença, pelo menos até a penhora.

Só muito raramente a revista para uma das Turmas do TST é recebida com efeito suspensivo, pois, em geral, o é apenas no efeito meramente devolutivo, que tem todo recurso.

Releva frisar aqui que o recurso de revista é o veículo que viabiliza a uniformização jurídica da matéria exclusivamente de direito (não de fato), tanto sujeitada esta por violação de lei quanto principalmente submetida por divergência jurisprudencial, principalmente neste último caso, porque é o que, na prática, mais ocorre.

E que a função de que se cogita — a uniformização de decisões — é, sem dúvida, função essencial, porque permanente e não eventual; e, o que é mais relevante ainda, é função indispensável à realização de valores jurídicos superiores — principalmente no campo econômico, social e político, e, de modo especial, na área dos conflitos sociais — que são os valores de segurança e certeza do Direito do Trabalho, em todo o território nacional, pois de legislação federal se trata.

E o Tribunal Superior do Trabalho exerce sua função uniformizadora da jurisprudência, através de interpretação das normas jurídicas trabalhistas — sejam estas gerais, como as leis, sejam individuais, como as decisões judiciais, válidas para os casos concretos — e o faz, ao julgar os recursos de revista interpostos pelas partes interessadas contra os acórdãos ou decisões coletivas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em segundo grau.

E o que não é de menos importância, o TST edita, como conclusão final da uniformização jurisprudencial, resumos de suas decisões reiterativas na forma de Enunciados, modelos para a legislação futura. Quer dizer, a uniformização da jurisprudência feita pelo TST, principalmente quando por este sumulada ou compendiada em Enunciados, ganha significativa utilidade por representar um desejado avanço do direito do trabalho, adiantando-se ao legislador ordinário por força da rapidez da evolução do processo histórico-social, no encontro de novas soluções jurídicas para novas situações econômico-sociais.

A uniformização da jurisprudência é aconselhável por que benéfica, se justificando plenamente devido ao fato, natural e compreensível, de que as decisões dos Tribunais Regionais dos Estados (atualmente são quinze) podem ser divergentes entre si, com variações sensíveis de sentido em relação a conflitos ou dissídios, cujos pressupostos fáticos são semelhantes, quando não idênticos em sua essência, podendo ser configurada mesmo uma frontal contradição. E, no caso de flagrante antagonismo, a permanência de sentidos que se excluem é evidentemente prejudicial à realização dos valores de segurança e certeza nas relações trabalhistas entre os trabalhadores e empregadores, com as consequências da desmoralização do Direito do Trabalho, com a ruptura do princípio de isonomia constitucional e da quebra da paz social.

Não se compreende nem é compreensível, como ensinam os mestres, que um mesmo direito seja interpretado e aplicado com sentido e maneira diferentes.

Espera-se, portanto, que o Legislador Constituinte corrija o equívoco e repare a omissão, não só como reconhecimento da função vital do TST, como, também, em atenção à ciência jurídica e a técnica do Direito; e restitua integral, ao TST, a sua função essencial sem a restrição injustificável, ou seja, devolva ao TST a sua razão mesma de ser, a fim de que possam continuar garantidos os valores de segurança e certeza do direito social, sem o que a ordem jurídica trabalhista estará exposta à grave temeridade que representa o império do caos, como não sem razão profetizou e com veemência advertiu o atual e dinâmico presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, o ilustre ministro Marcelo Pimentel, acompanhado por seus insígnias pares.

E na presente luta — pela devolução ao TST daquilo que é do TST — todos os Juristas estão engajados, pois se trata de um dever de consciência jurídica sempre preocupada com a ciência do Direito, e cujo cumprimento não é dado a nenhum jurista laborista omitir-se. E que essa batalha não está sendo travada exclusivamente em favor do TST; em especial, mas, também, em prol da ciência jurídica e do Direito do Trabalho, em geral.

*Sebastião Machado Filho é juiz togado do TRT da 10ª Região e professor de Direito da UnB

A SAÚDE DOS CONSTITUINTES

Plenário pode virar uma UTI

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A Constituinte já levou ao hospital muitas de suas principais figuras: do presidente Ulysses Guimarães ao líder Mário Covas, passando pelo deputado Luiz Inácio Lula da Silva e outros menos votados. Mas a realidade é ainda mais grave do que os fatos conhecidos. De acordo com o diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social do Senado, Luciano Vieira, a saúde da Constituinte vai pior do que se possa imaginar. O convívio diário com uma série de fatores estressantes, aliado à falta de cuidados com a saúde, ainda causará, segundo Luciano Vieira, muitos problemas a deputados e senadores. O médico compara a Constituinte a uma maratona. "Durante o percurso muitos caem, mas as crises maiores virão depois do fim da prova, quando os corpos esfriarem", previu.

Os dados apresentados por Vieira são surpreendentes: pelo menos a metade dos 559 parlamentares não tem cadastro nos serviços médicos da Câmara e do Senado e, entre os cadastrados, menos de 10 por cento procuram médicos regularmente. "Os constituintes são negligentes com a saúde", afirmou o médico, que os compara a grandes empresários e a artistas. "Todos temem descobrir que têm algum problema de saúde que os afastem de suas atividades. Por isso, normalmente só buscam os serviços quando algum sintoma se torna insuportável. Mas, neste ponto, o tratamento é mais difícil", disse.

A morte de dois parlamentares desde o início dos trabalhos da Constituinte confirma a tese

de Luciano. Tanto o senador Antônio Farias como o deputado Alair Ferreira tiveram problemas cardíacos que só foram detectados, naquele caso, num atendimento de emergência e, neste caso, após a morte do parlamentar no Hotel Nacional. Um estudo sobre hipertensão arterial realizado em novembro de 1986 no Senado constatou que havia maior incidência da doença entre parlamentares. "Na população em geral, a hipertensão é registrada em cerca de 14 por cento das pessoas. Entre parlamentares o índice foi de 18 por cento", informou o médico Luciano Vieira. Poucos são os que se dão conta desse problema — e muitas vezes é preciso um fato chocante para motivar exames.

O senador Ronaldo Aragão, 42 anos, por exemplo, ficou impressionado com a morte súbita de seu colega Antônio Farias. No mesmo dia foi ao serviço médico do Senado. Apenas a tomada da pressão do constituinte justificou a sua pronta internação: 30 por 14. Este, contudo, não foi o único caso registrado. Luciano Vieira informou que a morte de Farias motivou muitas outras visitas de parlamentares ao serviço médico. "Mas vir esporadicamente não adianta. É preciso ter regularidade", aconselhou. Entre os senadores mais assíduos, o médico incluiu o líder Mário Covas e o peemedebista Nelson Carneiro, que constantemente controlam a saúde.

Luciano Vieira explicou que não poderia fazer diagnósticos públicos de problemas de saúde dos constituintes, mas prontificou-se a falar das doenças mais comuns a que eles estão sujeitos. Quando o organismo recebe estímulos fora da fai-

xa de normalidade — para mais ou para menos —, entra em processo de estresse. Antes de chegar ao esgotamento, quando surgem os problemas de saúde, contudo, há duas outras fases: a de alarme, em que o organismo altera o seu funcionamento, e a de adaptação, quando a alteração é incorporada à rotina. "Os mais velhos", ressaltou o médico, "são mais vulneráveis, mas os jovens não estão imunes a esses problemas".

Por isso, todos, segundo Vieira, devem procurar minimizar os chamados fatores estressantes (ver lista), aliando a essa prática em controle regular da saúde, para que seja possível detectar "condições patológicas tratáveis oportunamente". Luciano Vieira lembrou que dessa maneira fica "mais fácil evitar doenças graves e a morte súbita". A morte do senador Antônio Farias, por exemplo, poderia ter sido evitada se ele tivesse esses hábitos. "Instalada a emergência, é necessário que os serviços médicos estejam suficientemente informados do estado de saúde do paciente, o que não aconteceu com o senador", explicou Luciano Vieira.

Se todos os constituintes frequentassem os serviços médicos da Câmara e do Senado, seria possível elaborar uma lista de doentes de risco. "Em casos de emergência, eles receberiam atendimento especial", disse o médico, que há alguns anos chegou a ter uma lista assim. "Era um livro vermelho onde eu marcava com cruzes o estado de cada parlamentar. Os que tinham cinco cruzes ao lado do nome eram os mais frágeis e precisavam de atenção redobrada", contou.



Abadia: a coluna reclamou



Delfim não sente nada

Veja aqui quem se cuida mais

fui parar no Serviço Médico da Câmara. Era cansaço", revelou ela.

Apesar das duas internações recentes, a deputada baiana mantém à sua rotina de trabalho: acorda diariamente às 6h, telefona para o Estado e às 9h está no Congresso. O expediente normal se soma a encontros políticos noturnos. Abigail costuma dormir às 2h. Nos fins de semana, a deputada vai à Bahia, onde organiza o PSB e articula sua candidatura à prefeitura de Salvador. "De vez em quando me esqueço até de tomar os remédios", contou ela, envergonhada. "Mas vale a pena estar participando da luta para tornar o Brasil mais justo", completou.

Sem qualquer problema de saúde registrado até agora, o deputado Paulo Ramos, 43 anos, que não se saiu bem na pesquisa, não se descuidou. Assíduo frequentador do plenário, ele, como Abigail Feitosa, procura médicos regularmente. "De seis em seis meses dou uma geral, para ver como vai a máquina", brincou. Também preocupado com a saúde, o deputado Eraldo Trindade, 31 anos, garante que mesmo não sendo cadastrado nos serviços médicos da Câmara e do Senado, costuma se consultar fora. "Recentemente tive estafa. Por isso, nas horas vagas trato de me cuidar", afirmou.

Ao contrário de Trindade, a deputada Maria de Lourdes Abadia, 43 anos, não costuma ir a médicos. Mas viu-se obrigada a fazê-lo após ter problemas renais e de coluna, em função do acúmulo de horas em que passa sentada no plenário. "Estou tomando medicação específica, bebendo muita água e andando", explicou ela, que garantiu saber de "números" casos de constituintes com problemas de saúde.

O deputado Delfim Netto, 60 anos, jamais procurou o serviço médico da Casa e garante que se sente bem, apesar da rotina desgastante de votações. O deputado Farabuleto Júnior, 66 anos, porém, não teve a mesma sorte. Recentemente o parlamentar foi acometido por uma paralisia facial periférica, que demorou 70 dias para ser curada. "Foi por causa da tensão", diagnosticou ele, que até hoje faz exercícios faciais, mas já deixou de lado "medicamentos fortes".

O senador Mansueto de Lavoura, 54 anos, também tem casos para contar. Há três meses ele sentiu fortes dores no peito e ficou quatro horas no serviço médico do Senado. Nada de grave foi constatado, mas o senador passou a se cuidar mais. "Comprei até uma bicicleta ergométrica para fazer exercícios", contou ele, orgulhoso de alguns quilos perdidos, de acordo com a recomendação do médico, graças também a um controle alimentar.

"O que mata é a fome do brasileiro", rebateu o deputado Cássio Cunha Lima, de 25 anos. Apesar do discurso e da pouca idade, Cássio também integra o rol dos parlamentares que já recorreram ao serviço médico da Casa. "Tive tonturas no plenário. Diagnosticaram stress, mas já está tudo bem", contou ele, que considera que os constituintes, "assim como o povo brasileiro", não cuidam da saúde como deveriam.

Recente operação de apendicite a que se submeteu o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou espaço nos jornais. Mas pelo menos dois outros parlamentares foram operados recentemente: os deputados Francisco Carneiro, 65 anos, e Maguito Vilela, 39 anos. Carneiro teve problemas na vesícula e na bexiga e internou-se duas vezes desde o início da Constituinte. Maguito, como Lula, operou o apêndice, no final do ano passado. "Acho que meu problema de vesícula foi agravado pela tensão", avaliou Carneiro.

A receita de saúde dada pelo médico Luciano Vieira aos Constituintes foi completada pelo senador Ney Maranhão, 60 anos, que recentemente assumiu a vaga aberta com a morte do senador Antônio Farias. "Todo mundo deve ter uma hora por dia para cuidar da saúde", disse ele. Maranhão corre oito quilômetros por dia e nada, em seguida, na piscina do Hotel Nacional. "Só início a rotina de trabalho depois do esporte", contou o senador que considera o item alimentação como um dos mais importantes a serem observados. "Não tomo café nem como sal", informou. "Minha receita de bem-estar é a seguinte: Além do esporte, o constituinte deve tomar café da manhã como um rei, almoçar como um grande empresário e jantar como um operário", disse, bem-humorado.

Hipertensão é muito comum

As tensões a que estão submetidos os deputados e senadores, ao lado da falta de cuidados com a saúde, podem causar uma série de doenças. No aparelho circulatório a mais comum é a hipertensão arterial. Em seguida, vem a insuficiência coronária, que pode ir de uma simples dor no peito até o enfarte do miocárdio. Segundo o médico Luciano Vieira, 50 por cento dos portadores de enfarte podem ter morte súbita. No aparelho digestivo, as doenças, apesar de menos graves, são mais incômodas e, por isso, motivam a procura de tratamento mais rapidamente. São casos de distúrbios digestivos, gastrites e úlceras.

No aparelho respiratório, a tensão pode causar asma e alergias respiratórias. Na pele, coceiras. No aparelho urinário a falta de água gera a formação de cálculos e, no aparelho locomotor, a posição viciosa da coluna vertebral, submetida várias horas ao peso do constituinte sem atividade muscular, pode causar dores. Também o lado emocional pode ficar abalado, com ocorrência de irritabilidade, impaciência e depressões.

Hoje na Constituinte existem diversos parlamentares em tratamento médico. Uns, acometidos pelo câncer. Outros, por problemas cardíacos. Um terceiro grupo, em função de problemas diversos. A Câmara e o Senado dão toda assistência aos parlamentares, inclusive através de convênios diversos nos estados e também de tratamento no exterior, se for o caso. Mas, segundo Luciano Vieira, uma apendicite ou um caso de câncer, por exemplo, não podem ser causados pela tensão e pelo stress. "O máximo que acontece é o agravamento dos problemas", disse. "Uma doença tem um curso evolutivo, que é acelerado pelo stress", afirmou o médico.

FUMAÇA

O ar que os constituintes respiram no plenário não é de boa qualidade. Pelo menos dois deputados defendem esta tese: José Elias Murad (PTB/MG) e João Paulo (PT/MG). Murad recentemente propôs um projeto de resolução para restringir o uso de fumo no recinto. Juntamente com os deputados Antônio de Jesus (PMDB/GO) e Ricardo Izar (PFL/SP), ele recolheu mais de 160 assinaturas de apoio de diferentes partidos. O projeto agita a aguardada oportunidade para ser apreciado.

O deputado José Elias Murad argumenta que baseou o projeto não em ideais moralistas ou religiosos, mas em posições médicas "de um profissional que lida há mais de 30 anos no campo da saúde". Na semana passada ele distribuiu aos constituintes uma mensagem onde apresentava diversos dados sobre leis de restrição ao fumo existentes em outros países. Ao final, Murad pediu aos constituintes que meditassem sobre o assunto.

O deputado João Paulo, por sua vez, descobriu que os constituintes podem estar respirando mais gás carbônico do que o normal. Em conversa com o pessoal da manutenção do ar condicionado do plenário, o parlamentar soube que a renovação do ar respirado é da ordem de 15 por cento. Os 85 por cento restantes são apenas resfriados. João Paulo já solicitou à mesa da Câmara que realizasse um levantamento da qualidade do ar do ambiente de trabalho, através da Fundacentro, especializada nesse serviço. Não foi atendido e agora pretende formalizar o requerimento colhendo assinaturas de outros parlamentares.

AS CAUSAS DO STRESS

Dica aos constituintes, segundo o médico Luciano Vieira



Fumo ou excesso de fumo
Excesso de sal na alimentação
Excesso de gordura na alimentação
Alimentação exagerada
Alimentação exagerada após várias horas de jejum
Bebidas alcoólicas fortes ou em quantidade
Atividade sexual irregular
Déficit de sono
Frustração permanente
Excesso de trabalho
Excesso de pressão psíquica